



PRODUÇÕES ACESSÍVEIS: UM DESAFIO DA INCLUSÃO

Monica Dias de Araújo¹, Clara Praia dos Santos² and Danielle Oliveira Munis³

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (DINTER) da UERJ. Professora de Libras e Educação Especial da Universidade do Estado do Amazonas/ Centro de Estudos Superiores de Tefé. Com Mestrado em Educação pela Linha de Saberes Culturais e Educação na Amazônia- UEPA. Pedagoga – Especialista em Língua de Sinais

Brasileira, Especialista em Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional e Especialista em Metodologias Inovadoras Aplicadas a Educação, na Especificidade Educação Especial e Inclusiva.

Pesquisadora da Rede de Educação Inclusiva na Amazônia Paraense e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação nos Contextos Amazônicos - EDUCA, na linha de pesquisa: Educação Inclusiva e Acessibilidade do Centro de Estudos Superiores de Tefé-AM.

² Licenciada em Letras/ Língua Portuguesa – da Universidade do Estado do Amazonas –UEA do Centro de Estudos superiores de Tefé- CEST.

³ Licenciada em Letra/Língua Portuguesa –da Universidade do Estado do Amazonas –UEA do Centro de Estudos superiores de Tefé- CEST.



RESUMO

O trabalho apresenta reflexões acerca da necessidade de ampliar as produções literárias acessíveis em tempos de inclusão. A sociedade vivência um momento histórico de discussões, produções e transformações em diversos aspectos referentes às questões de garantias de direitos no âmbito da inclusão e acesso aos bens e serviços. O Sistema Educacional como parte do Sistema Social mais amplo precisa dispor destes bens e serviços para alcançar as pessoas, independente de suas diferenças. Desta forma, as reflexões perpassam pela problematização das produções literárias por meio do levantamento de produções existentes na perspectiva da inclusão, ou seja, as produções capazes de alcançar um número significativo de pessoas que possuem alguma diferença como as pessoas com surdez, as pessoas com cegueira, entre outras. As discussões perpassam também pela literatura surda e literatura acessível, com alguns apontamentos de desafios que devem ser enfrentados para que as produções sejam de fato acessíveis às pessoas. Cabe destacar que um número significativo de pessoas são impedidas de acessar saberes produzidos, devido ao fato da produção não ser projetada na perspectiva da inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: *Produções literárias. Inclusão. Literatura acessível.*

INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta reflexões acerca da necessidade de ampliar as produções literárias acessíveis em tempos de inclusão. Considerando que a inclusão também significa a garantia dos direitos das pessoas participarem da sociedade com igualdade de condições, acessando todos os bens e serviços produzidos.

A sociedade vivência um momento histórico de discussões, produções e transformações em diversos aspectos referentes às questões de garantias de direitos no âmbito da inclusão e acesso aos bens e serviços. O Sistema Educacional como parte do Sistema Social mais amplo precisa dispor destes bens e serviços para alcançar as pessoas, independente de suas diferenças.

Desta forma, com as reflexões iniciais problematizamos direito ao acesso aos bens e serviços em temas de inclusão passando pela problematização das produções literárias por meio do levantamento de produções existentes na perspectiva da inclusão. Ou seja, as produções capazes de alcançar um número significativo de pessoas que possuem alguma diferença como as pessoas com surdez, as pessoas com cegueira, entre outras.

As discussões passam também pela literatura surda e literatura acessível, com alguns apontamentos de desafios que devem ser enfrentados para que as produções sejam de fato acessíveis às pessoas.

Cabe destacar que um número significativo de pessoas são impedidas de acessar saberes produzidos, devido ao fato da produção não ser projetada na perspectiva da inclusão. A literatura acessível significa a possibilidade de garantir a participação e a aprendizagem das pessoas que não estão acessando os saberes produzidos pela literatura em função de suas condições ou de suas diferenças.

1 - OS DIREITOS AO ACESSO AOS BENS E SERVIÇOS EM TEMAS DE INCLUSÃO

Historicamente a sociedade vem se desenvolvendo em meio a contradições que compõem o sistema social e conseqüentemente o sistema educacional, manifestando-se de formas variadas e gerando exclusão. Entre as contradições destacamos os direitos de acesso aos bens e serviços determinados pelas legislações e a negação do acesso na realidade vivenciada pela pessoa que possui alguma necessidade específica.

A Lei nº 10098/2000 no artigo 17, determina que:

o Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer (BRASIL, 2008, p. 35).

A dicotomia entre as determinações legais e a garantia de fato na prática do que as leis determinam, reflete a exclusão que vem prevalecendo em diversos setores da sociedade. Na educação por exemplo, as contradições são evidentes em diversos aspectos. Tomando como referência o ensino, podemos destacar que entre as contradições está também a carência de obras acessíveis para todas as pessoas e cada uma que faz parte do sistema educacional.

O Decreto 5.626/2005, em seu artigo 19 determina que:

as instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

A legislação determina o respeito à singularidade linguística da pessoa surda e o direito a comunicação e informação. Contudo, nota-se a ineficiência no ensino quando o estudante com surdez não acessa todas as produções disponíveis.

A Lei nº 10.753/2003 que institui a Política Nacional do Livro, apresenta as seguintes diretrizes:

- I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;
- II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;
- III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;
- IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais;
- V - promover e incentivar o hábito da leitura;
- VI - propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;
- VII - competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais;
- VIII - apoiar a livre circulação do livro no País;

IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;

X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;

XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;

XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura (BRASIL, 2008, p. 43).

De acordo com as diretrizes “o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento”. Assim, este deve ser pensado para todas as pessoas e não apenas para as que possuem o mérito de pegar uma obra no seu formato tradicional e acessá-la.

A Lei nº 10.753/2003, diz que deve “assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro” considerando que o livro possibilita a “transformação”, “aperfeiçoamento social” e “melhoria da qualidade de vida”. Cabendo ainda a produção de “livros em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual” e “livros impressos no Sistema Braille”. Acrescenta a mesma lei: “cabe, ainda, ao Poder Executivo implementar programas anuais para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em Sistema Braille” (BRASIL, 2008, p. 45).

Com relação à pessoa com cegueira a Lei nº 9.610/1998 em seu artigo 46 diz que não constitui ofensa aos direitos autorais a reprodução “de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários” (BRASIL, 2008, p. 28).

Contudo, a realidade encontrada pelas pessoas com cegueira ou com algum tipo de deficiência demonstra as contradições quando não encontram disponíveis as literaturas acessíveis capazes de possibilitar o direito de acesso independente da diferença.

As produções existentes em sua maioria são excludentes porque não consideram as diferenças existentes na sociedade e na escola. São projetadas desde a sua criação, tradução, adaptação, edição e publicação sem considerar todas as pessoas. Assim, há uma linha “abissal” separando os dois lados. De um lado os que acessam e de outro os que não conseguem acessar saberes produzidos por meio das literaturas. Segundo Santos e Meneses (2010),

as distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível (SANTOS & MENESES, 2010, p. 32).

Assim, complementa Araújo (2013, p. 180), “de um lado da linha, encontram-se, teoricamente, as políticas e o direito; e, do outro lado, os que continuam com seus direitos negados, sem acessar as políticas públicas”. Várias pessoas com algum tipo de necessidade específica são prejudicadas e deixam de acessar saberes que deveriam ser para todos (as).

Em tempos de inclusão surgir este paradigma “em um contexto de lutas e indignação com a prevalência histórica de diferentes formas de exclusão que evidenciavam e ainda evidenciam, nos diversos setores da sociedade” (ARAÚJO, 2013, p. 44), os direitos ao acesso aos bens e serviços precisam ser viabilizados para todas as pessoas. Ou seja, determinados na legislação e garantidos na prática. Contudo, o paradigma por si só não resolverá o problema instituído historicamente. Precisamos de um movimento constante de lutas para fazermos concretizar de fato a inclusão.

2- ALGUMAS PRODUÇÕES LITERÁRIAS QUE CONSIDERAM AS DIFERENÇAS

Tendo em vista a dificuldade que as pessoas com necessidades específicas têm em relação ao acesso a literatura, procuramos fazer um levantamento das produções que já existem e foram projetadas na perspectiva das diferenças. Alguns autores, organizações e editoras estão desenvolvendo produções e adaptando algumas literaturas existentes a fim de proporcionar a comunidade surda o contato com

literatura. O Ministério da Educação em parceria com Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES produziu e distribuiu gratuitamente uma coleção de DVDs com adaptações de algumas histórias infantis para a literatura surda como: “O lobo e as ovelhas” “A cigarra e as formigas”, entre outras.

Dessa forma, quando a pessoa surda tem a oportunidade de acessar os bens eserviços, criar, recriar e ter o contato com seu espaço cultural, participa das diversas formas de desenvolvimento individual e coletivo.

Em contato com o seu espaço cultural, reage, cresce e desenvolve sua identidade, isto significa que os cultivos que fazemos são coletivos e não isolados. A cultura não vem pronta, daí porque ela sempre se modifica e se atualiza, expressando claramente que não surge com o homem sozinho e sim das produções coletivas que decorrem do desenvolvimento cultural experimentado por suas gerações passadas (STROBEL, 2008, p.19).

A Literatura Surda envolve representações direcionadas especificamente para os surdos de forma discursiva, nesta perspectiva, algumas produções foram adaptadas, contribuindo dessa forma para a valorização da cultura surda, uma vez que, nas comunidades surdas existem piadas e anedotas, conhecimentos de fábulas ou conto de fadas passados através da família, até adaptações de vários gêneros como romance, lendas e outras manifestações culturais, que constituem um conjunto de valores e ricas heranças culturais e linguísticas. Existem livros de literatura clássica traduzidos da língua portuguesa para a língua de sinais (disponíveis em DVD), como os textos produzidos e distribuídos pela Editora Arara-Azul. Também há outros, como *Cinderela Surda* e *Patinho Surdo*, que são adaptações dos clássicos da literatura infantil (MOURÃO, 2012, p. 03).

Estas obras adaptadas são usadas como recursode acesso à literatura pelas crianças surdas, e, também para as ouvintes, com o intuito de que aprendam a língua de sinais e a respeitar a pessoa surda, segundo a análise de Mourão (2012), estes materiais disponíveis da literatura surda pode-se destacar a existência de traduções, adaptações ou criações. Como exemplo, materiais da Editora Arara Azul como *Alice no país das maravilhas* (2002); *Iracema* (2002); *O Alienista* (2004) caracteriza-se como **traduções** para a Libras de clássicos da literatura. Tais materiais contribuem para o conhecimento e divulgação do acervo literário de diferentes tempos e espaços, já que são traduzidos para a língua utilizada pela comunidade surda (MOURÃO, 2012, p. 3).

Mediante a necessidade de haver livros direcionados para as pessoas com surdez alguns livros foram adaptados para os surdos, sendo os seus personagens surdos. Contudo, se os surdos tivessem o acesso a textos literários como as narrativas, certamente desenvolveriam a imaginação e criatividade e o acervo de histórias seria bem mais amplo, produzindo ideias, narrativas e poemas, que ainda são limitados.

Neste contexto, obras como: “Chapeuzinho Vermelho”, “Os Três Porquinhos e o Lobo” “A Cinderela”, “A Rapunzel”, “O Patinho Feio”, “Adão e Eva”, também foram adaptadas. Ademais, algumas fábulas como: “A Lebre e a Tartaruga”, “A Raposa e a máscara”, “Os Ladrões e o Galo”, “O Lobo e o Burro”, “O Lobo e a Cegonha”, “A Velha e suas criadas”, “O Parto da montanha”, “A águia e a seta”, “O sapo e o boi”, “O galo e a raposa”, “A coruja e a águia”, “A cigarra e as formigas”, entre outras. Estas fábulas e histórias são adaptadas e encenadas por pessoas surdas, individualmente e coletivamente, sendo algumas com o cenário fixo e ao ar livre, sem ilustrações.

Estas histórias são exemplos de que os surdos, de maneira geral, reconhecem a importância da literatura, que propicia sentimentos, emoção e reflexão, e fizeram adaptações e criações, considerando elementos da cultura surda, valorizando assim sua identidade surda. Assim, é possível perceber um começo para as pessoas que historicamente não tiveram o direito de acessar os diversos saberes produzidos pela literatura.No entanto, o número de obras que consideram as diferenças é insuficiente para atender e garantir de fato o acesso de todas as pessoas.

Portanto, a literatura como aliada para a propagação do processo de inclusão é uma contribuinte uma vez que possibilita despertar o imaginário, a criatividade, a fantasia, permitindo-lhes acessarsaberes historicamente produzido.

2 –A LITERATURA SURDA E A LITERATURA ACESSÍVEL

A literatura surda lentamente vem sendo reconhecida e produzida. A comunidade surda vem lutando e conquistando alguns espaços em diversos setores da sociedade como também o direito a diversidade linguística. Contudo, é difícil fazer um conceito de Literatura em geral, também não há uma definição única para Literatura Surda. Ela envolve representações produzidas por surdos, onde se produzem significados partilhados em forma de discurso - sem eles, não há representação surda (MOURÃO, 2012, p. 02).

Nesta perspectiva, as literaturas surdas segundo Morgado (2011, p. 21) “não precisa ser contada exclusivamente em língua de sinais, ou seja, ela também pode ser escrita, porém, o tema deve ser relacionado aos surdos”.

Quando a produção literária considera a diferença linguística, cultural e social da pessoa com surdez denominamos de literatura surda. Contudo, sem desconsiderar a importância e relevância histórica da literatura surda, defendemos a literatura acessível e inclusiva.

A literatura surda considera a diferença surda e a literatura acessível e inclusiva considera as diferenças humanas. Ou seja, um saber produzido deve ser publicado de diferentes formas, de modo a garantir o acesso de todas as pessoas. Uma obra publicada para que a pessoa surda, com cegueira, com outra necessidade específica e as pessoas em geral acessem segundo suas possibilidades.

Assim, a literatura acessível e inclusiva deve ser planejada na perspectiva da inclusão desde a sua criação, tradução, adaptação, edição e publicação. Uma literatura projetada baseada no conceito de Desenho universal: “solução que visa atender simultaneamente maior variedade de pessoas com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável” (BRASIL, 2008, p. 224). Ou seja, uma literatura capaz de alcançar cada pessoa que deseja acessar os saberes literários e outros com equidade.

Desenho universal: concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade (BRASIL, 2008, p. 89).

A literatura acessível é uma literatura para as diferenças humanas que possibilita aos estudantes e pessoas em geral o direito de ser de pertencer e de aprender de acordo com as diferenças e possibilidades individuais.

Desta forma, a luta para concretizar o paradigma da educação inclusiva instituído nas políticas públicas perpassam também pela conquista de obras acessíveis para garantir a participação do estudante e o desenvolvimento autônomo do processo de aprendizagem da leitura e da escrita. De acordo com Araújo (2013), o paradigma da inclusão possibilita novos horizontes “quando se institucionaliza por meio das políticas públicas. Contudo, cabe nos envolvermos neste processo, contribuindo com as mudanças necessárias para implantá-las” (ARAÚJO, 2013, p. 46).

Assim, as obras acessíveis contribuem para minimizar as “barreiras nas comunicações”. A saber: “qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa” (BRASIL, 2008, p. 224). Barreiras ou impedimentos que ainda persistem no cotidiano escolar. Assim, produzir literatura acessível é uma necessidade e constitui a garantia de direitos de pessoas e a possibilidade de gerar igualdade de oportunidade em tempos de inclusão.

3 - DESAFIOS NAS PRODUÇÕES LITERÁRIAS

Os desafios nas produções em geral e de modo específico nas produções literárias estão ligados aos diversos fatores como: econômico, social, político educacional entre outros.

Um exemplo que reflete os desafios do fator econômico são os custos de uma obra acessível que demandam investimentos maiores desde sua criação até a publicação. Como demanda um maior investimento financeiro, não há um interesse ou incentivo para popularizar essas produções.

A lei 10.753/2003, determina o fomento, o apoio à produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro, por meio de financiamentos para as editoras. No entanto, não há um incentivo específico para as publicações de livros acessíveis. “O Poder Executivo estabelecerá formas de financiamento para as editoras e para o sistema de distribuição de livro, por meio de criação de linhas de crédito específicas” (BRASIL, 2008, p.45).

Estas implicações refletem diretamente os desafios no âmbito das políticas. Há a necessidade de criar políticas de incentivo financeiro e ações de sensibilizações para o desenvolvimento e ampliação das produções acessíveis. As obras acessíveis publicadas são insuficientes para atender as demandas existentes.

Desta forma, a organização social é fundamental no sentido de mobilizar e reivindicar as transformações necessárias para o nosso tempo histórico. O sistema educacional cabe contribuir com o desenvolvimento inclusivo implementando ações para garantir o acesso dos estudantes aos bens e serviços educacionais, principalmente o direito ao acesso às obras literárias e demais publicações.

CONCLUSÃO

Tornar as produções literárias acessíveis em tempos de inclusão é uma necessidade do nosso tempo histórico. Vivenciamos uma nova história de lutas e conquistas pelas garantias de direitos que historicamente foram negados. Contudo, novos direitos precisam ser conquistados para que a sociedade e a escola sejam de fato inclusivas.

As iniciativas de produzir literatura acessível, mais especificamente literatura surda, partem de alguns autores com surdez e ou autores sensíveis à causa das minorias, algumas editoras como a Arara-Azul e o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, a Escola de Gente no Rio de Janeiro e algumas produções contaram com o apoio e o incentivo do Ministério da Educação. No entanto, as produções literárias existentes que consideram as diferenças são em número limitado e não garantem o acesso das pessoas com necessidades específicas em geral.

A literatura surda lentamente vem ganhando espaço entre as produções. A literatura acessível ainda demanda comprometimento por parte do poder público e sociedade em geral no sentido de garantir que o direito ao acesso a comunicação e informação seja de todas as pessoas.

Desta forma, faz-se necessário uma política de apoio e incentivo a produção acessível e o uso de linguagens diversificadas em sala de aula para garantir a participação dos estudantes independente de suas diferenças. Acessar os saberes literários em tempos de inclusão constitui necessidade básica. Assim, os desafios perpassam também pela organização social e luta constante para que as conquistas históricas possam ampliar a cada dia e contemplar todas as pessoas possibilitando entre outras, o acesso aos saberes produzidos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Monica Dias de. **Tessituras da Inclusão na Educação de Jovens e Adultos no Município de Altamira-Pará**. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2004_2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1. Acesso em: 10/07/2015.
- BRASIL. **Acessibilidade**. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Centro Gráfico, 2008.
- MOURÃO, Claudio Henrique Nunes. **Adaptação e tradução em literatura surda: a produção cultural surda em língua de sinais**. IX ANPED, SUL, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.